



## **JUSTIFICATIVA TÉCNICA Nº001/2026 - NGOP**

**Assunto: Justificativas Técnicas para Definições do Processo Licitatório – CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (Policlínica Santarém).**

### **1. Introdução**

A presente Nota Técnica tem por finalidade apresentar e fundamentar as decisões técnicas adotadas no processo licitatório destinado à execução dos serviços de implantação da **Policlínica de Santarém**, em conformidade com os princípios e dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**, bem como com as boas práticas de engenharia, planejamento e gestão de recursos públicos.

As definições aqui expostas visam assegurar a adequada execução do objeto, a economicidade, a segurança jurídica do certame e o atendimento ao interesse público, especialmente no que se refere à prestação de serviços de saúde à população.

### **2. Do Regime de Execução – Empreitada por Preço Global**

Optou-se pelo regime de **empreitada por preço global**, nos termos do **art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, uma vez que o objeto encontra-se plenamente definido, com projetos executivos completos, especificações técnicas detalhadas e quantitativos consolidados.

Tal escolha técnica proporciona maior previsibilidade orçamentária, facilita o controle físico-financeiro, reduz riscos de alterações contratuais indevidas e atribui ao contratado a responsabilidade integral pela execução do conjunto do objeto, mostrando-se a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração.

### **3. Das Planilhas Orçamentárias e Atualização dos Preços de Referência**

O processo encontra-se devidamente instruído com **planilhas orçamentárias sintéticas**, elaboradas a partir da consolidação dos serviços e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**

---

quantitativos previstos nos projetos executivos, em atendimento aos **arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021**.

Os preços de referência foram **atualizados**, refletindo valores compatíveis com o mercado vigente, com o objetivo de garantir a adequação orçamentária, a competitividade do certame e a futura exequibilidade do contrato.

#### **4. Das Composições de Custos Unitários – SINAPI**

As **composições de custos unitários** utilizadas como base para a formação do orçamento são oriundas do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI**, conforme diretrizes aplicáveis às obras e serviços de engenharia realizados com recursos públicos, especialmente na área da saúde.

A adoção do SINAPI assegura padronização, transparência, rastreabilidade dos custos e alinhamento com parâmetros reconhecidos pelos órgãos de controle.

#### **5. Da Utilização da Referência Não Desonerada**

Foi adotada a **referência não desonerada do SINAPI**, considerando que esta representa de forma mais fiel os custos efetivos da execução dos serviços, à luz da atual realidade tributária das empresas do setor da construção civil.

Tal opção técnica visa evitar subestimação de custos, prevenir desequilíbrios econômico-financeiros durante a execução contratual e garantir maior segurança à Administração Pública.

#### **6. Dos Projetos Executivos**

Os **projetos executivos** que fundamentam o presente certame foram **obtidos junto ao Ministério da Saúde**, estando em conformidade com as normas técnicas, padrões arquitetônicos, funcionais e assistenciais exigidos para estabelecimentos de saúde.

A utilização desses projetos contribui para a padronização nacional, redução de riscos técnicos, maior eficiência na fiscalização e adequada execução do objeto.



## **7. Da Exigência de Registro no CREA ou CAU**

Será exigido que as empresas licitantes possuam **registro regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, conforme a natureza dos serviços, bem como a indicação de responsável técnico legalmente habilitado.

Tal exigência fundamenta-se na necessidade de assegurar que os serviços sejam executados por profissionais qualificados, com responsabilidade técnica formal, garantindo segurança, qualidade e conformidade com a legislação profissional vigente.

## **8. Da Não Admissão de Subcontratação**

Não será admitida a **subcontratação**, total ou parcial, do objeto licitado, em razão da complexidade técnica dos serviços e da necessidade de manter controle rigoroso da execução.

Essa medida visa assegurar a responsabilidade integral da contratada, facilitar a fiscalização, evitar a fragmentação das obrigações e reduzir riscos de inconformidades técnicas e operacionais.

## **9. Da Vedação à Participação de Cooperativas**

Será vedada a participação de **cooperativas**, considerando que a execução do objeto demanda vínculo direto de responsabilidade técnica, coordenação permanente e subordinação operacional, condições incompatíveis com a natureza jurídica das cooperativas, conforme entendimentos consolidados dos órgãos de controle.

## **10. Da Garantia de Execução Contratual**

Será exigida **garantia de execução contratual**, nos termos do **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, como instrumento de mitigação de riscos e proteção ao interesse público.

A exigência da garantia tem por objetivo assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a correção de eventuais falhas na execução e a segurança financeira da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**

---

## **11. Conclusão**

Diante do exposto, as definições técnicas adotadas no presente processo licitatório mostram-se devidamente fundamentadas, atendendo aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, conforme estabelecido na **Lei nº 14.133/2021**, garantindo a adequada execução dos serviços relacionados à Policlínica de Santarém.

22 de janeiro 2026, Santarém-Pará

---

**TIAGO DOS SANTOS FURTADO**  
**ASSESSOR DE ENGENHARIA I**  
**DECERETO Nº 1.256/2025 GAP/PMS**